

uepb
Universidade
ESTADUAL DA PARAÍBA
Centro de Humanidades
CAMPUS III - GUARABIRA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA

Linha de Pesquisa
Geografia rural e agrária (meio ambiente rural)

**AGRONEGÓCIO CANAVIEIRO: EXPLORAÇÃO DO ESPAÇO E
DEGRADAÇÃO DA NATUREZA E DO TRABALHO NO BAIXO
CURSO DO RIO PARAÍBA**

JULIENE FERNANDES DE OLIVEIRA

**GUARABIRA – PB
MARÇO/2014**

Juliene Fernandes de Oliveira

**AGRONEGÓCIO CANAVIEIRO: EXPLORAÇÃO DO ESPAÇO E
DEGRADAÇÃO DA NATUREZA E DO TRABALHO NO BAIXO
CURSO DO RIO PARAÍBA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade Estadual Paraíba (UEPB), Centro de Humanidades, em cumprimento a exigência para obtenção do título Licenciada em Geografia.

Orientador: Professor. Dr. Edvaldo Carlos de Lima.

**GUARABIRA – PB
MARÇO/2014**

O48a Oliveira, Juliene Fernandes de
Agronegócio canavieiro [manuscrito] : exploração do espaço e
degradação da natureza e do trabalho no baixo curso do rio Paraíba /
Juliene Fernandes de Oliveira. - 2014.
53 p. : il.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) -
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2014.

"Orientação: Edvaldo Carlos de Lima, Departamento de
Geografia".

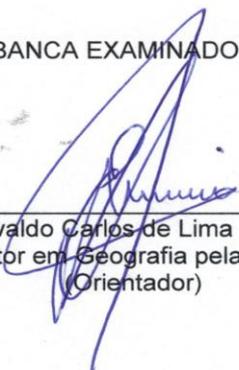
1. Agronegócio canavieiro. 2. Degradação ambiental. 3.
Reforma Agrária. I. Título.

21. ed. CDD 333.31

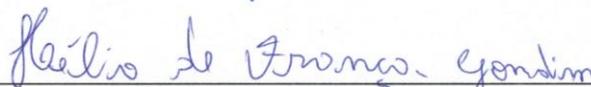
JULIENE FERNANDES DE OLIVEIRA

AGRONEGÓCIO CANAVIEIRO: EXPLORAÇÃO DO ESPAÇO E
DEGRADAÇÃO DA NATUREZA E DO TRABALHO NO BAIXO CURSO DO
RIO PARAÍBA

BANCA EXAMINADORA



Prof.º Dr. Edvaldo Carlos de Lima (UEPB/DG/CH)
Doutor em Geografia pela UFPE
(Orientador)



Prof.º Ms. Hélio de França Gondim
Mestre em Geografia pela UFPB



Prof.º Ms. José de N. Dantas Soares
Mestrando em Geografia pela UFPB

Aprovada em 10/03/14

Guarabira/PB
Março de 2014

DEDICATÓRIA

A todas as famílias acampadas e assentadas, por sua luta incessante e sua busca constante por dignidade, realização e direitos.

A Reforma Agrária é possível!

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Angelina Fernandes e Josinaldo Leite, e minhas irmãs, Juliana Fernandes e Josiane Fernandes, por sempre incentivarem minhas escolhas, pelo carinho e apoio.

A Edvaldo Carlos de Lima, que desde 2010 me incentiva e me faz refletir sobre o significado do fazer Geografia. Muito obrigada pelos ensinamentos nas mais diversas escalas da vida!

Ao CEGeT-Guarabira pelas discussões que muito me ajudaram a esclarecer questões antes embaraçosas.

A Gisélío Marques, Renata de Lima, Máira Araújo, Marcilene Barbosa, Thamires Moura, Janiele Sousa, José Roniely, Cristiane Simões, Rafael Maxi, Gilvania Ribeiro, Joseline e Estevão, pelas contribuições nos trabalhos de campo, pelas discussões em grupos e pelos momentos de descontração.

A Renata e Zinho, por se disponibilizarem a me acompanhar nos trabalhos de campo em Cruz do Espírito Santo.

Agradeço a todos que de forma direta ou indireta me ajudaram a construir esse trabalho. Sendo todos de importância íngreme para o fazer dessa pesquisa, ressaltando o meu crescimento como pesquisadora e como pessoa.

Conquistar A Terra

*Versão original de Benedito Monteiro;
Modificado por Carlos Prexedes*

Agora nós vamos pra luta
A terra que é nossa ocupar
A terra é de quem trabalha
A história não falha, nós vamos ganhar.

**Já chega de tanto sofrer
Já chega de tanto esperar
A luta vai ser tão difícil
Por mais que demore, vamos triunfar.**

Quem gosta de nós somos nós
E aqueles que vêm nos ajudar
Por isso confia em quem luta
A história não falha, nós vamos ganhar.

Já chega de tanto...

Se a gente morrer nessa luta
O sangue será uma semente
Justiça vamos conquistar
A história não falha, nós vamos ganhar.

Já chega de tanto...

Já somos uns 30 milhões
O povo sem terra e sem pão
O jeito é lutar por nosso chão
A história não falha, nós vamos ganhar.

Já chega de tanto...

043 - Geografia

Título: Agronegócio canavieiro: exploração do espaço e degradação da natureza e do trabalho no baixo curso do Rio Paraíba

AUTORA: Juliene Fernandes de Oliveira

ORIENTADOR: Prof^o. Dr Edvaldo Carlos de Lima (CH/DG/ UEPB)

BANCA EXAMINADORA: Ms^o Hélio de França Gondim

Ms^o José N. Dantas Soares (CCEN/UFPB)

RESUMO

Com a expansão do agronegócio no Estado da Paraíba, especificamente na Zona da Mata Paraibana, temos o aumento da exploração e degradação da força de trabalho e da natureza. O setor canavieiro tenta de todas as maneiras possíveis driblar a legislação, seja ela trabalhista ou ambiental, causando danos irreversíveis ao trabalhador rural e o próprio ambiente. Sendo assim o presente trabalho tem como proposta analisar as diversas formas de degradação da natureza e do trabalho na região da Zona da Mata Paraibana, uma análise a partir do agronegócio sucroalcooleiro atuante nessa região. Para nossa análise fizemos um recorte territorial definido apenas na área que compõem os municípios localizados as margens do baixo curso do Rio Paraíba. Nossa metodologia fundamenta-se em levantamentos bibliográficos e principalmente a utilização da técnica do trabalho de campo como elemento dialético na compreensão do objeto em questão. Associando a metodologia utilizada para compreender a realidade em sua concretude. Sabendo-se que para alcançar a totalidade do objeto em estudo é necessário o desenvolvimento da práxis na prática empírica.

Palavras-chave: agronegócio canavieiro, degradação, trabalho, natureza, reforma agrária.

043 - Geografia

Título: Agronegócio canavieiro: exploração do espaço e degradação da natureza e do trabalho no baixo curso do Rio Paraíba

AUTORA: Juliene Fernandes de Oliveira

ORIENTADOR: Prof^o. Dr Edvaldo Carlos de Lima (CH/DG/ UEPB)

BANCA EXAMINADORA: Ms^o Hélio de França Gondim
Ms^o José N. Dantas Soares (CCEN/UFPB)

ABSTRACT

With the expansion of agribusiness in the state of Paraíba , Paraíba specifically in the Forest Zone , have increased exploitation and degradation of the workforce and nature. The sugarcane industry tries all possible ways to circumvent the laws , be they environmental or labor , causing irreversible damage to nature and rural workers . Thus the present work is to analyze the various forms of degradation of nature and work in the area of Forest Paraibana , an analysis from the active region sugarcane agribusiness in the region . For our analysis we made a cutout defined territorial area only municipalities that make up the sides of the lower course of the River Paraíba . Our methodology is based on literature surveys and especially using the technique of fieldwork as dialectical element in understanding the subject matter. Associating the methodology used to understand reality in its concreteness . Knowing that achieving all of the object under study is necessary the development of praxis in empirical practice.

Keywords : sugarcane agribusiness , degradation , work, nature, land reform.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 01	Extração irregular dos areais.....	32
Fotografia 02	Espacialização da luta.....	33
Fotografia 03	Assoreamento do leito do Rio	34
Fotografia 04	Encostas do rio substituídas pelo cultivo de cana-de-açúcar	34
Fotografia 05	Águas do rio Paraíba sendo utilizada para a irrigação da cana-de-açúcar.....	36
Fotografia 06	Exploração do Rio pela extração irregular dos areais.....	37
Fotografia 07	Exploração do Rio em nome do agronegócio.....	37
Fotografia 08	Cana sendo irrigada pelas águas do Rio Paraíba.....	38
Fotografia 09	Degradação do trabalho no corte da cana.....	42
Fotografia 10	Corte da cana na Usina São João. Santa Rita/PB.....	43

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	Usinas inseridas na área de estudo.....	28
Tabela 02	Municípios da bacia hidrográfica do Rio Paraíba segundo a sua localização na região do baixo curso do rio Paraíba (zona da mata).....	31
Tabela 03	Taxa de Analfabetismo nos municípios em questão (%).....	40

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01	Número de municípios da bacia hidrográfica do rio Paraíba segundo a sua localização na região da zona da mata.....	31
------------	--	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Mapa de localização da área de pesquisa.....	27
Figura 02	Mapa da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba.....	30

LISTA DE SIGLAS

- ASPLAN - Associação dos Plantadores de Cana da Paraíba**
- AESA - Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba**
- CPT - Comissão Pastoral da Terra**
- CAI – Complexos Agroindustriais**
- CEGET – Centro de Estudos da Geografia do Trabalho**
- CIPATR - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes no Trabalho Rural**
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**
- INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária**
- INTERPA - Instituto de Terras da Paraíba**
- INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais**
- MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**
- MAB – Movimento dos atingidos por barragens**
- MP – Ministério Público**
- NR – Norma Regulamentadora**
- OPEP - Organização dos Países Exportadores de Petróleo**
- PB - Paraíba**
- PIB – Produto Interno Bruto**
- PROALCOOL - Programa Nacional do Alcool**
- STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais**
- UEPB - Universidade Estadual da Paraíba**
- UNICA – União da indústria da Cana-de-açúcar**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1. ESPAÇO: ALGUNS APONTAMENTOS.....	16
2. FORMAS E OCORRÊNCIAS DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO PARAIBANO.....	17
2.1 Sistema Sesmaria.....	17
2.2 Lei de terras.....	18
2.3 Estatuto da Terra.....	18
2.4 O Espaço agrário paraibano: um olhar sobre a Zona da mata.....	19
2.5 Mudanças na organização do espaço agrário em questão..	22
3. DEGRADAÇÃO E EXPLORAÇÃO DA NATUREZA E DO TRABALHO NO BAIXO CURSO DO RIO PARAÍBA.....	25
3.1 O setor do agronegócio canavieiro.....	25
3.2 Degradação da natureza em nome do capital sucroalcooleiro: o Baixo curso do Rio Paraíba.....	29
3.3 degradação e exploração do trabalho pelas usinas canavieiras.....	39
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	47
ANEXOS	

INTRODUÇÃO

O interesse pela presente temática “Exploração do espaço e degradação da natureza e do trabalho no baixo curso do rio Paraíba”, surgiu a partir do desenvolvimento do projeto: Recusos manejo del territorio y del agua en la cuenca hidrografica del rio Paraíba: disponibilidad desarrollo de las comunidades locales, sob a orientação do Prof^o Dr. Edvaldo Carlos de Lima, dentre outros professores. O projeto visou identificar os conflitos territoriais existentes ao longo da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba, a partir daí demos início ao nosso trabalho em relação aos conflitos existente pela expansão do agronegócio canavieiro.

Com a expansão do agronegócio no Estado da Paraíba, eleva-se a exploração da força de trabalho e a degradação da natureza. A divisão regional do trabalho no espaço agrário paraibano se caracterizou na cultura canvieira, pecuária extensiva e policultura respectivamente nas microrregiões da zona da mata, agreste e sertão. Com o processo de colonização no Brasil, a cana-de-açúcar começou a ser produzida no litoral nordestino, por ter as características favoráveis para o seu cultivo. Trata-se também de uma historia permeada de utopias, e também, de lutas.

Se hoje podemos afirmar que o espaço agrário nacional e nordestino é um grande produtor de grãos, de cana-de-açúcar e de outros produtos, quase sempre destinados à exportação, maior é a quantidade de trabalhadores rurais, camponeses, agricultores que precisam de terras e condições para viver, trabalhar e plantar alimentos. Apesar disso, os veículos ideológicos do capital, como a grande mídia, apenas propagam os *rankings* econômicos mundiais nos que o Brasil se destaca, sem levar em consideração a péssima situação que ocupa quando observamos o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das populações acampadas, assentadas e das periferias urbanas, especialmente nos municípios que analisamos para o desenvolvimento deste texto. Para Andrade (2002) esta posição lamentável é resultado, em grande parte, do processo de colonização e a sua própria evolução política. De modo geral são trabalhadores acampados e assentados que constituem os movimentos sociais do campo e da cidade. É a partir dessa contradição entre a milionária produção do agronegócio canavieiro e a miséria da classe trabalhadora que se

constituem os conflitos pela terra e pela água no limiar do século XXI.

Sendo assim, analisamos as diversas formas de degradação da natureza e do trabalho na região da Zona da Cana Paraibana, uma análise a partir do agronegócio sucroalcooleiro atuante nessa região. Para nossa análise fizemos um recorte territorial definido apenas na área que compõem os municípios localizados as margens do baixo curso do Rio Paraíba. São eles: Santa Rita, São Miguel de Taipu, Crus do espírito Santo e Pilar.

Utilizamos como metodologia, o levantamento bibliográfico, o mesmo foi realizado junto às bibliotecas da Universidade Estadual da Paraíba e Universidade Federal da Paraíba; sites da internet, como a do: MST, CPT, AESA e outras de interesse para a pesquisa; levantamento de notícias de jornais, imprensa escrita de maior circulação regional e nacional, levantando e fichando as notícias referentes aos conflitos. Utilizamos também as informações disponíveis no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), INCRA, e demais órgãos de pesquisa de Reforma Agrária da região. Fizemos uso do trabalho de campo como principal instrumento metodológico da pesquisa, como elemento dialético na compreensão do objeto em questão. Associando a metodologia utilizada para compreender a realidade em sua concretude. Sabendo-se que para alcançar a totalidade do objeto em estudo é necessário o desenvolvimento da práxis na prática empírica. Thomaz Jr. (1991) nos evidencia que o trabalho de campo é um ponto de encaixe entre teoria e prática. Isso nos remete a refletir que produzir conhecimento renunciando a teoria pode nos levar para um patamar vazio, oco de compreensões do espaço geográfico.

1. ESPAÇO: ALGUNS APONTAMENTOS

O nosso estudo acerca da exploração do espaço e degradação da natureza e do trabalho apoia-se na geografia crítica. A mesma baseia-se no materialismo histórico e dialético, inspirado no marxismo.

O espaço surge como um produto social, ação do homem sobre a natureza e das relações que se estabelecem entre os homens no processo de trabalho (MOREIRA, 2011). A ideia de espaço que permeia nossa discussão é fundamentada na concepção de Henry Lefebvre (1981 e 2008) dentre outros geógrafos críticos. Segundo Lefebvre:

Não se pode dizer que o espaço seja um produto como um outro, objeto ou soma de objetos, coisa ou coleção de coisas, mercadoria ou conjunto de mercadorias. Não se pode dizer que se trata simplesmente de um instrumento, o mais importante dos instrumentos, o pré-suposto de toda produção e de toda troca. O espaço estaria essencialmente ligado à produção das relações (sociais) de produção (...) a reprodução das relações de produção, e não a produção no sentido restrito dos economistas, isto é, o processo de produção das coisas e de seu consumo (LEFEBVRE, 2008, p.48).

Ou seja, o espaço é compreendido como o lócus da reprodução das relações sociais de produção da sociedade. Lefebvre distinguiu uma dimensão essencial da construção social da realidade, a produção do espaço através de um novo modelo definido por uma análise fundada sobre a dinâmica própria à espacialidade. Gomes (1996, p. 300)

De acordo com Lima:

O espaço é um produto/processo heterogêneo que engloba, desde as dimensões históricas, até a realidade social contemporânea. Leitura que nos possibilita analisar as diversas relações que sustentam a dinâmica do espaço agrário (...) em questão. Face às relações sociais de trabalho estabelecidas entre latifundiários/usineiros e trabalhadores com e sem terra, o setor sucroalcooleiro se fundamenta na relação dominação-subordinação. (LIMA, 2013, p.58)

É a partir dessa concepção de espaço que desenvolvemos nossa pesquisa.

2. FORMAS E OCORRÊNCIAS DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO PARAIBANO

A formação territorial brasileira favoreceu o domínio e o controle da propriedade da terra nas mãos de uma minoria social, justificada pelo poder político e econômico da burguesia agrária. Esse formato configurou o sistema latifundiário no Brasil.

A origem do latifúndio no Brasil ocorreu a partir do processo de ocupação do território por parte dos colonizadores em 1500, que segundo, Stedile:

Esse território chamado de Pindorama era constituído e habitado por aproximadamente 5 milhões de pessoas contidas em mais de 200 povos primitivos e indígenas, (..) onde a propriedade da terra e da água não era privada e sim coletiva. (STEDILE, 2003, p.01).

Com a chegada da Coroa Portuguesa ocorreu uma ruptura no uso coletivo da terra. O ponto inicial da questão agrária paraibana é fixado na formação do espaço colonial brasileiro, alicerçado nos latifúndios improdutivos, a partir das capitânicas hereditárias e as concessões das sesmarias pelos colonizadores.

3.1 Sistema Sesmaria

Em 1530 com iniciativa de Dom João III em ocupar as terras brasileiras, a estrutura agrária brasileira começa a se desenhar, com as primeiras doações de terras em formas de sesmarias.

A distribuição de sesmarias foi de forma desorganizada, os colonizadores andavam sem rumo certo pelo território e se organizavam onde fosse mais propício. Segundo Caio Prado Junior, a organização das capitânicas se dava da seguinte maneira: As capitânicas principais eram governadas pelo capitão-geral e governador e as capitânicas subalternas eram governadas pelo capitão-mor de capitania. A qualquer deles se sobrepunha o Governador-Geral, que exercia o controle central das terras, respondendo perante a metrópole. (PRADO JUNIOR, 1942, p.306)

No tocante a maneira/forma de expansão das sesmarias e o uso das terras, não se deram de forma semelhante. De acordo com Targino (2002):

Este sistema deu origem a grandes latifúndios e a exploração das terras em função de uma economia de exportação, no entanto originou ainda as disputas, sob diferentes formas no decorrer da história do Brasil, pela posse e propriedade da terra (TARGINO, 2002, p. 153).

As terras costeiras, especialmente do nordeste, foram desde logo utilizadas para o plantio de cana.

3.2 Lei de terras

A lei 601 conhecida como a “lei de terras”, transforma a terra numa propriedade que só pode ser adquirida mediante a compra. Chiavenato (2004).

A lei 601 de 18 de setembro de 1850 ficou caracterizada como uma forma legal de consolidação/fortalecimento do latifúndio, pois impossibilitava a aquisição das pequenas propriedades por escravos, indígenas e camponeses devido ao auto custo das terras estabelecido pela lei, só poderiam adquirir terras públicas aqueles que por elas pudessem pagar

3.3 Estatuto da terra

Surgiu no Brasil em resposta às lutas camponesas durante o regime militar, uma lei que estabelece regras no uso da terra para fins de ocupação, uso e fundiários.

O Estatuto da Terra foi criado pela lei 4.504, de 1964, sendo instalada no país a partir do golpe militar de 1964. Seu surgimento esteve ligado a insatisfação no meio rural brasileiro e ao medo e receio do governo e da elite burguesa pela eclosão de uma revolução camponesa. Devido as lutas camponesas no Brasil começaram a se organizar desde a década de 1950, com o surgimento de organizações e ligas camponesas, de sindicatos rurais e com atuação da Igreja Católica e do Partido Comunista Brasileiro.

Porém, esses movimentos foram praticamente aniquilados pelo regime militar instalado em 1964. A criação do Estatuto da Terra e a promessa de

uma reforma agrária foi à estratégia utilizada pelos governantes para apaziguar, os camponeses e tranquilizar os grandes proprietários de terra.

Esse formato configurou o sistema latifundiário no Brasil, que se encontra presente até os dias atuais em todos os estados brasileiros. Evidentemente o Estado da Paraíba não se isenta deste processo.

O compromisso sócio-político e econômico do Estado brasileiro com a reforma agrária e para a população do campo, ainda está muito distante de entrar efetivamente na agenda política do governo brasileiro, chegamos ao século XXI sem ter resolvido um problema que vem desde o século XVI.

3.4 - O espaço agrário paraibano: Um olhar sobre a Zona da cana

A questão agrária paraibana é resultado desse longo processo. Desde o começo da colonização o espaço agrário paraibano tem se formado em um espaço de exploração.

Com o processo de modernização da agricultura brasileira a partir dos anos 1970, a dominação efetiva do capital se consolidou ainda mais no campo brasileiro. De acordo com Teixeira:

A modernização trouxe um considerável aumento na produção agrícola, acentuando a exportação e contribuindo para um crescimento da economia nacional. Porém, se apresentou de maneira excludente beneficiando apenas parte da produção, em especial aquela destinada para exportação, atendendo ao interesse da elite rural. (TEIXEIRA, 2005, p 01)

No campo paraibano não foi diferente, duas atividades econômicas foram uma das principais personagens da consolidação efetiva do capital no campo paraibano, foram elas: a cana e a pecuária. As atividades canavieiras se desenvolveram nos espaços da zona da mata e no brejo paraibano por serem uma região propícia para tal atividade. A atividade pecuária se desenvolve na região do agreste e do sertão. No entanto a cana foi o principal agente para a consolidação do capital no campo.

O desenvolvimento do método de ocupação e povoamento da zona da mata paraibana foi ocasionado pela fixação da plantation açucareira, determinado por três agentes: monocultura, latifúndio e escravidão. O senhor

de engenho detinha todo o poder concentrado em suas mãos, controle político - econômico, tendo total domínio sobre a terra, o trabalho e a produção. De acordo com Moreira e Targino (2011).

O predomínio da cana foi uma constante ao longo da história sócio-econômica da Zona da Mata paraibana, a forma como se organizou esse espaço sofreu modificações significativas, dependendo ora de condicionantes externos (preço e concorrência internacionais), ora de determinantes internos (mudanças nas relações técnicas e sociais de produção). (MOREIRA E TARGINO, 2011, p 149)

Sendo assim, é notório identificar os principais momentos do processo de organização e produção da Zona da mata paraibana. No primeiro momento temos o domínio dos grandes Engenhos; em segundo temos a passageira experiência dos engenhos centrais, localizados apenas na região do Baixo Curso do rio Paraíba; em terceiro ocorre a inserção das usinas de açúcar (década de setenta com a modernização da agricultura); em quarto a crise do Proálcool; e por ultimo temos o ressurgimento da atividade sucroalcooleira, devido ao mercado internacional e a produção de bioenergia. Este último momento perdura até os dias atuais. (Moreira e targino, 2011)

Durante todos esses momentos profundas mudanças ocorreram nas relações sociais de produção. No entanto a exploração da classe trabalhadora rural e a forte concentração da propriedade fundiária permaneceram inalteradas.

Ao longo desses cinco séculos de latifúndios a concentração fundiária leva a classe trabalhadora do campo aos mais variados tipos de exclusão/expropriação/expulsão. Uma situação de pobreza/decadência que leva esses trabalhadores a reagir, tendo como base as lutas sociais. Essa está presente desde as Ligas Camponesas até o MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e a CPT – Comissão Pastoral da Terra.

Da década de 1970 até a primeira década do século XXI, ocorreram as mais expressivas mudanças nesses espaços, ocasionadas pelo processo de acumulação do capital no campo, pela forma dessa acumulação, e pela resistência trabalhadora/camponesa a esse sistema. A resistência camponesa

se deu e se dá até os dias atuais pela luta por terra e água e luta por melhores condições de trabalho e vida.

Neste sentido podemos destacar a atuação/papel das entidades não governamentais, dentre outras o MST – Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, CPT – Comissão Pastoral da Terra, MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens e de comitês sobre a água. Tendo em vista que a primeira entidade através de sua atuação crítica, de suas caminhadas, marchas, ocupações seguidas de acampamentos, essa materialização nos espaços do país faz com que ele se espacialize e territorialize no espaço agrário brasileiro e conseqüentemente paraibano. O MST produz espaço e domina territórios, passando a serem os principais sujeitos, no enfrentamento com o Estado, na luta pela terra e pela Reforma Agrária. Dando início ao processo de resistência sobre o desenvolvimento do capitalismo no campo, lutando sempre contra a exploração/expropriação/exclusão da classe trabalhadora.

A segunda entidade referida é a CPT, tendo uma aproximação notória no estado da Paraíba junto aos trabalhadores do campo. De acordo com Mitidiero Jr. 2008

(...) a CPT, nas diversas formas de atuação que caracterizam sua missão pastoral, unindo fé e política, luta para intervir e modificar as situações sócio-territoriais contemporâneas. Na luta pela terra, a ação territorial desse segmento de igreja materializa-se nos encargos assumidos pelos agentes pastorais para formação, organização e defesa do trabalhador e do camponês oprimido. (MITIDIERO JR. 2008, p.254)

A CPT no estado da Paraíba está realmente fixada nas ações e organizações dos camponeses. Atuando também na defesa dos direitos humanos, objetivando sempre o direito do trabalhador em suas diferentes realidades.

A luta pela terra percorre toda a história econômica e social da Zona da Mata paraibana, entendemos isso como a mais expressiva luta de classes nesse espaço.

3.5 Mudanças na organização do espaço agrário em questão

Diversas mudanças ocorreram na organização do espaço agrário na zona da mata paraibana. De acordo com Moreira e Targino (2011), com a implantação dos Complexos Agroindustriais - CAI e o Sistema de crédito rural, a agricultura passou a depender cada vez mais de forma intensificada ao capital, sendo ele industrial ou financeiro. Segundo os autores supracitados é a partir daí que:

decorrem profundas mudanças na organização do espaço agrário. Destacam-se entre outras: a) a intensificação da concentração da propriedade da terra; b) as mudanças no uso do solo, a partir da expansão de culturas de exportação, como trigo, soja, cana-de-açúcar, e da pecuária; c) a introdução e/ou ampliação do uso de novos processos produtivos decorrentes da adoção de novas tecnologias. Essas mudanças tiveram forte impacto sobre as relações de trabalho, sobre a dinâmica da população e sobre o emprego rural. (MOREIRA E TARGINO, 2011, p. 150)

Com isso a agricultura tornou-se presa ao crédito rural/crédito bancário, a mesma se torna uma peça compradora e fornecedora da indústria e para indústria. Segundo Moreira e Targino,

Os rebatimentos da subordinação da agricultura ao capital, sobre a população, as relações de trabalho e o emprego rural se exprimem através da expropriação/expulsão maciça do produtor direto e da substituição de formas e relações de trabalho não tipicamente capitalistas pelo trabalho assalariado puro. (MOREIRA E TARGINO, 2011, p. 150)

Com isso fica explicado o porquê da subordinação da agricultura ao capital a partir dos anos 60 não terem colocado fim por completo as maneiras/formas de trabalho tradicionais, como o arrendamento e a posse da terra.

A modernização das ações e atividades agrícolas tiveram enormes consequências na ocupação da mão de obra rural. Com a utilização de defensivos e fertilizantes modernos, aumenta-se nas propriedades agrícolas as exigências e reduz o tempo de ocupação da mão de obra não qualificada. Silva (1982) afirmar que:

A solução mais econômica para o proprietário que moderniza passa a ser a substituição do trabalhador permanente pelo volante, com o conseqüente aumento da sazonalidade do emprego dos trabalhadores rurais (SILVA, 1982, p. 30).

Sendo assim, a modernização da agricultura brasileira, desenvolveu alterações/mudanças substanciais na estrutura do emprego rural acelerando o emprego assalariado, em específico, o sazonal, o que implicou na transformação dos permanentes trabalhadores rurais em proletários rurais, sendo grande parte clandestinos. Segundo Moreira:

Esse processo, embora tenha apresentado uma força e intensidade mais ou menos similar em todas as regiões do país, diferenciou-se segundo as atividades desenvolvidas no campo. Ele foi maior naquelas atividades onde a modernização incidiu de maneira mais forte. É o caso, por exemplo, da atividade canavieira. (MOREIRA, 2003, p 47).

O setor canavieiro do Brasil, submetido a uma longa crise, foi estimulado pela política de modernização agrícola estabelecida pelo Governo Militar e pelo momento crítico estabelecido no setor energético nacional (crise do petróleo), devido à criação e surgimento da OPEP, como também o fortalecimento do produto no mercado internacional nos anos 70. É nessas circunstâncias que aparece o Proálcool, estimulador da exploração do trabalho, comparáveis a época da escravidão, e da modernização agrícola do setor canavieiro.

Entre a década de 70 e 80 na Zona da Mata, a mecanização da agricultura estadual teve seu grau mais elevado. De acordo com Moreira e Targino:

O número de unidades de produção industrial do setor canavieiro da região passou de 5 para 16, a área de cana colhida e a quantidade produzida expandiu-se vertiginosamente. Paralelamente, os produtores familiares e os membros não remunerados de família decresceram 9,9% e os parceiros 16,9%. Enquanto isso, os empregados assalariados experimentaram uma elevação da ordem de 64%, sendo esta diferenciada: 30% de aumento dos assalariados permanentes e 89% de aumento dos assalariados temporários. Entre 1975 e 1985, período de apogeu do Proálcool, os assalariados cresceram na região 67,4%, destacando-se os assalariados

temporários, com um crescimento da ordem de 93,6% (MOREIRA e TARGINO, 1997).

No auge do Proálcool, alguns processos aconteceram na zona da mata. Houve a proletarização do campesinato, explosão de conflitos de terra resultantes das resistências por parte dos camponeses, e a organização de movimentos sindicais.

Constata-se nesse período que a exploração e degradação do trabalho na atividade canavieira foi cruel e barbária. Destacavam-se, entre outros. De acordo com MOREIRA e TARGINO,

a utilização dos sistemas de alojamento altamente precários; a clandestinidade da mão-de-obra que era contratada por “gatos”, sem nenhum direito trabalhista; salários baseados na produção/tarefa que era medida por um feitor de campo utilizando instrumentos não oficiais sendo comuns roubos nessa medição; falta de equipamentos de proteção (luvas, máscaras, botas, macacões), bem como o não fornecimento de leite para atenuar os efeitos danosos dos produtos tóxicos; precariedade do transporte para o local de trabalho. (MOREIRA e TARGINO, 1997, p 187).

Nesta complexa trama de exploração, degradação e pobreza, a luta desses trabalhadores se concentra em torno de lutas e reivindicações por melhorias nas condições de trabalho e salário.

Em 1986 observa-se uma queda da atividade canavieira, devido à alguns fatores, dentre eles: a redução do preço internacional do petróleo e o investimento em atividades agrícolas. Com a crise do Proálcool, os impactos foram sentidos através da diminuição da área cultivada com a cana; fechamento das usinas; da diminuição da oferta de emprego. De acordo com Moreira:

Com a crise do Proalcohol, os fornecedores de cana e usineiros diminuíram a área plantada com cana, alguns a substituíram por capim ou deixaram as terras abandonadas resultando no desemprego de parcela significativa dos canavieiros. Além disso, o processo recessivo desencadeado pelo Plano Collor e a seca que assolou o Estado em 1993, agravaram a miséria e a fome, com consequências dramáticas para os assalariados. (MOREIRA, 2011, p. 100)

No entanto, a luta dos trabalhadores rurais continuou. As ocupações de terra se multiplicaram na região, sendo lideradas pela CPT e pelo MST, mostrando que o acesso a terra e a pobreza permaneciam sem solução.

No início do século XXI, ocorrem mudanças na organização da atividade canavieira com repercussões significativas sobre o espaço agrário da Zona da Mata paraibana, essas mudanças se devem a partir de modificações na conjuntura do mercado de petróleo e na política energética brasileira através do estímulo à agroenergia com destaque para a produção do etanol, bem como o aumento do preço do açúcar no mercado internacional. Ou seja, surgiu no novo cenário a retomada da produção de cana de açúcar nessa região com um aumento da área plantada e da quantidade produzida. Moreira (2011).

No censo agropecuário, de 2000 a 2010 é possível constatar um aumento da área plantada e conseqüentemente da quantidade de cana-de-açúcar produzida na região. De acordo com Moreira, pode-se constatar também,

que as usinas estão criando áreas de reflorestamento e utilizando o vinhoto como fertilizante para diminuir os impactos ambientais do processo produtivo. Contudo, a utilização de fertilizantes químicos e de agrotóxicos permanece inalterada. (MOREIRA, 2011, p.125)

A procura incessante da lucratividade, não importando a degradação da força de trabalho e da natureza, é a existência de que o processo de elaboração do espaço agrário canavieiro continua tendo como resultado o conflito de interesses entre capital e trabalho

4. DEGRADAÇÃO DA NATUREZA E DO TRABALHO NO BAIXO CURSO DO RIO PARAÍBA

4.1 O setor do agronegócio canavieiro

Podemos observar a exploração do espaço, voltada para a égide do capital sucroalcooleiro.

O agronegócio que hoje existe na zona da mata paraibana é fruto do processo de apropriação territorial do capital sucroalcooleiro, atrelado cada vez

mais aos incentivos nas suas diversas formas, por parte do governo, seja em sua esfera nacional ou mesmo estadual.

Os dados desta área são expressivos para a economia nacional. O Brasil é o maior produtor mundial de cana-de-açúcar, responsabilizando-se por aproximadamente 30% da produção internacional. O setor sucroalcooleiro é responsável por 2,35% do PIB nacional, faturando cerca de R\$ 30 bilhões por ano. Previsões indicam que em 2020, o setor contará com 8% de participação no PIB (POCHMANN, 2009). De acordo com Teixeira,

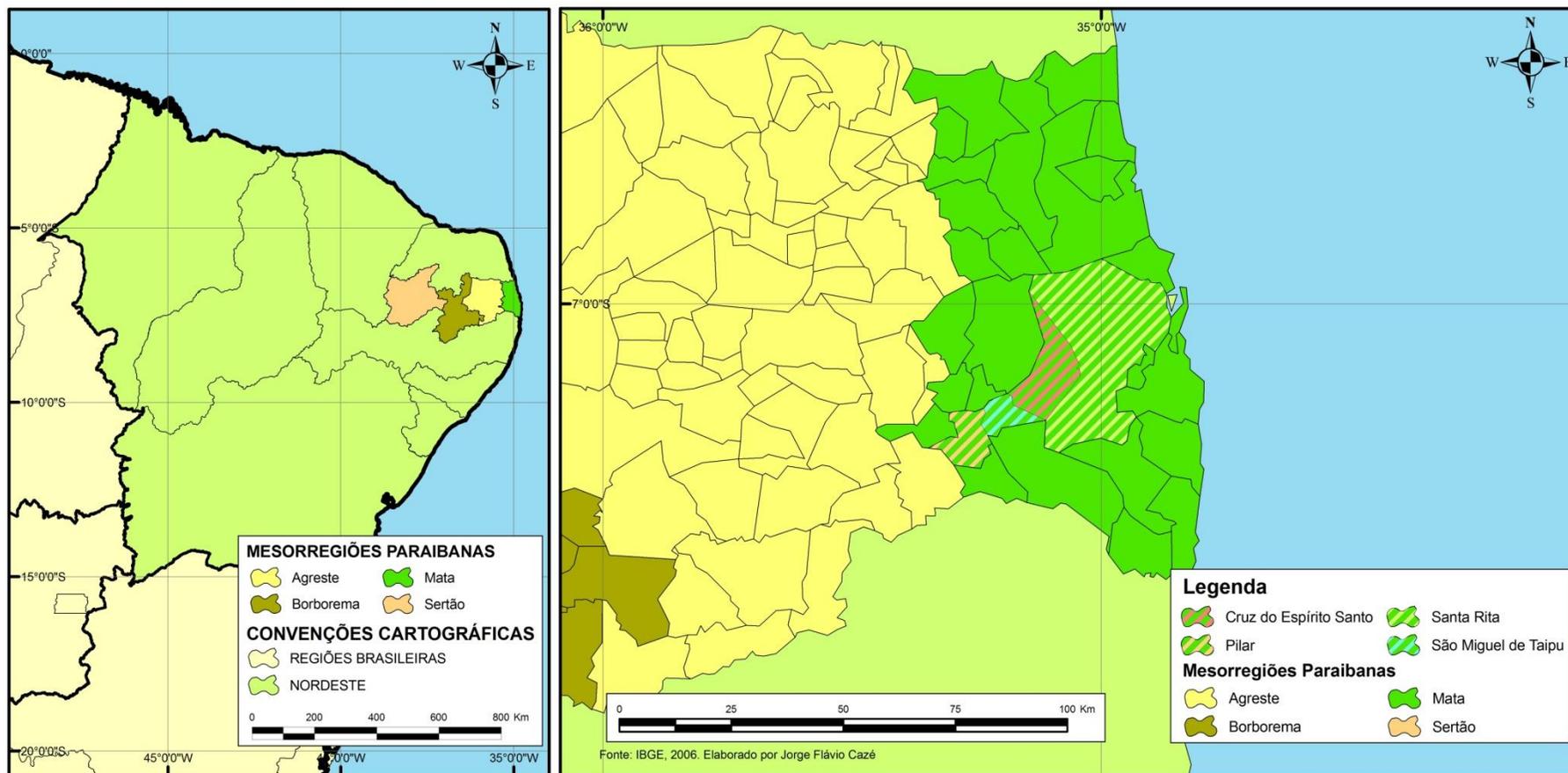
São 72 mil unidades agrícolas produtoras de cana-de-açúcar, sendo 413 usinas e destilarias em operação. Gera cerca de 3.6 milhões de empregos diretos e indiretos. As frentes de plantio e corte de cana empregam 800 mil trabalhadores. As lavouras de cana-de-açúcar ocupam cerca de 1% do território nacional. (TEIXEIRA, 2010).

Essa força econômica, junto com um grande conjunto agroindustrial ponderado como extremamente moderno pelas mais altas tecnologias utilizadas nos processos de cultivo, adubação do solo, melhoramento genético da cana, colheita mecanizada, fabricação do açúcar e do etanol, dentre outras, existe simultaneamente com condições degradantes da natureza e da reprodução da força de trabalho.

Com a expansão do agronegócio no estado da Paraíba, especificamente na Zona da Mata Paraibana, temos o aumento da exploração e degradação da força de trabalho e da natureza. O setor canavieiro tenta de todas as maneiras possíveis driblar as leis, sejam elas trabalhistas ou ambientais, causando danos irreversíveis ao trabalhador rural e a natureza.

Para a nossa análise, como podemos ver na figura 01, fizemos um recorte territorial definido apenas na região do Baixo Curso do Rio Paraíba, na área que compõem os municípios que se destacam na produção de cana e seus derivados industrializados e na degradação da natureza em nome do capital sucroalcooleiro. São eles: Santa Rita, Cruz do Espírito Santo, Pilar e São Miguel de Taipú.

FIGURA 01 - MAPA DE LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE PESQUISA



Fonte: IBGE

Elaboração: Jorge Flávio Cazé

Dois desses municípios mantêm por diversos períodos o cultivo de cana-de-açúcar, possuindo quatro usinas: São João, Japungú, Miriri e Agroval que produzem açúcar e etanol para exportação.

TABELA 01 – USINAS INSERIDAS NA ÁREA DE ESTUDO

USINA	Município
Agroval	Santa Rita
Japungu	Santa Rita
Miriri	Santa Rita
São João	Santa Rita/Cruz do Espírito Santo

Fonte: IBGE, 2012

Org.: OLIVEIRA, Juliene Fernandes de.

Durante nossa pesquisa pudemos constatar os mais diversos tipos de exploração iminentemente voltada para a égide do capital sucroalcooleiro, não somente pelas usinas, mas também pelas empresas exploradoras dos areais. Que são extraídos do leito do rio totalmente irregular infringindo a legislação.

O processo ilegal de uso do solo e da água que mais chamou a atenção foi o utilizado no município de Santa Rita. Tendo em vista que este município é considerado como a “Rainha dos Canaviais”¹, é o terceiro Pólo Industrial do estado da Paraíba. A vegetação do município é caracterizada (ironicamente) pelo IBGE como floresta sub-perenifólia (floresta tropical) com partes de florestas sub-caducifólia e vegetação própria do cerrado. O município domina, há muito tempo, o cultivo de cana-de-açúcar, tendo inclusive três usinas – São João, Japungú, Miriri - que produzem açúcar e etanol para exportação.

¹ Denominação dada à cidade pelo setor agroindustrial da cana-de-açúcar.

4.2 Degradação da natureza em nome do capital sucroalcooleiro

Para a nossa análise sobre a degradação da natureza, partimos do pressuposto sugerido por Martins (2004),

de que a relação sociedade-natureza é regulada menos por ações institucionais do que pelas disputas entre grupos e classes sociais em busca da hegemonia nas formas de uso e apropriação dos recursos. Martins (2004)

Tomando com base a Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba, localizada no Estado da Paraíba, com aproximadamente 300 km de extensão, nascendo numa das regiões mais secas do estado e desaguando na Zona da Mata paraibana, agora denominada de “Zona da Cana”² A Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba é a segunda do Estado da Paraíba, sendo considerada uma das mais importantes do semi-árido nordestino. De acordo com a AESA (Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba) trata-se de uma bacia estadual com toda sua rede de drenagem pertencente ao estado. A mesma abrange 85 (oitenta e cinco) municípios, desde a mesorregião da Borborema, passando pelo Agreste e chegando ao litoral. Os municípios que a compõem são distribuídos na Sub Bacia Hidrográfica do Rio Taperoá e nas regiões Hidrográficas do Médio, do Alto Curso e do Baixo curso do Rio Paraíba. Como podemos observar na figura 02(pag. 30) e na tabela 02 (pag. 31), no entanto para nossa pesquisa tomamos como base o baixo curso.

² Termo utilizado por Lima, 2011. por considerar que essa microrregião já não mais corresponde às suas características de denominação natural.

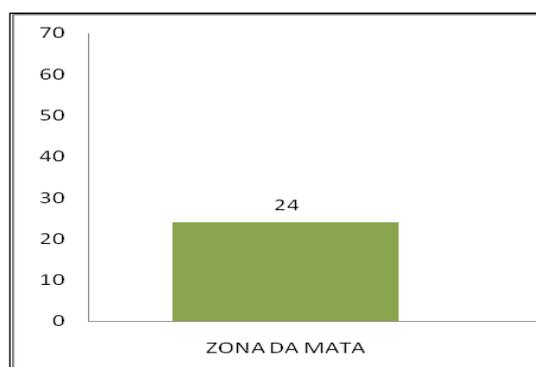
TABELA 02: MUNICÍPIOS DA BACÍA HIDROGRÁFICA DO RÍO PARAÍBA SEGUNDO A SUA LOCALIZAÇÃO NA REGIÃO DO BAIXO CURSO DO RIO PARAÍBA (ZONA DA MATA)

MUNICÍPIOS DA ZONA DA MATA		
Araçagi	Bayeux	Cabedelo
Caldas Brandão	Cruz do Espírito Santo	Gurinhém
João Pessoa	Juarez Távora	Juripiranga
Lucena	Mari	Mulungu
Pedras de Fogo	Pilar	Riachão do Poço
Santa Rita	São José dos Ramos	São Miguel de Taipú
Santo André	Sapé	São João do Cariri
São José dos Cordeiros	Serra Redonda	Sobrado

Fonte: IBGE, 2012

Org.: OLIVEIRA, Juliene Fernandes de.

GRÁFICO 01: NÚMERO DE MUNICÍPIOS DA BACÍA HIDROGRÁFICA DO RÍO PARAÍBA SEGUNDO A SUA LOCALIZAÇÃO NA REGIÃO DA ZONA DA MATA



Fonte: IBGE, 2012

Org.: OLIVEIRA, Juliene Fernandes de.

Em 50 km de seu percurso no baixo curso, mais especificamente na zona da mata, como podemos ver na tabela 02, está havendo a retirada de areia de forma desordenada, não criteriosa e de modo mecanizado. A exploração está sendo feita sob o controle de usineiros da região, nos municípios de Santa Rita, Pilar, São Miguel de Taipu e Cruz do Espírito Santo.

A areia é utilizada na construção civil, mais especificamente nos Estados de Pernambuco e Paraíba, e exportado para outros países. O desgaste do rio acontece há anos, mas vem se agravando nos últimos meses, conforme denunciam agricultores e Ministério Público.

De acordo com moradores da região, a cada dia é retirado uma quantidade aproximada de 60 caminhões caçamba de areia durante o dia e a noite, apenas da região de Pilar e proximidades. Não há números reais da quantidade de areia retirada em todo o rio, nem de quantas usinas e empresas estão atuando nesses municípios.

A retirada manual da areia pode não degradar o rio, mas da forma que está sendo feita, com dragas, a extração está desestruturando e desequilibrando o meio ambiente, já que contribuiu para a derrubada das barreiras do rio e o esvaziamento dos poços artesianos usados pela comunidade local.



Fotografia 01: Extração irregular dos areais. Cruz do Espírito Santo/PB

Fonte: Trabalho de campo, 2013.

Há muitos assentamentos no leito do rio, nesses municípios, os mesmos estão sofrendo com essa degradação. Como por exemplo, o assentamento Dona Helena em Cruz do Espírito Santo e o Assentamento Nova conquista no município de Pilar.

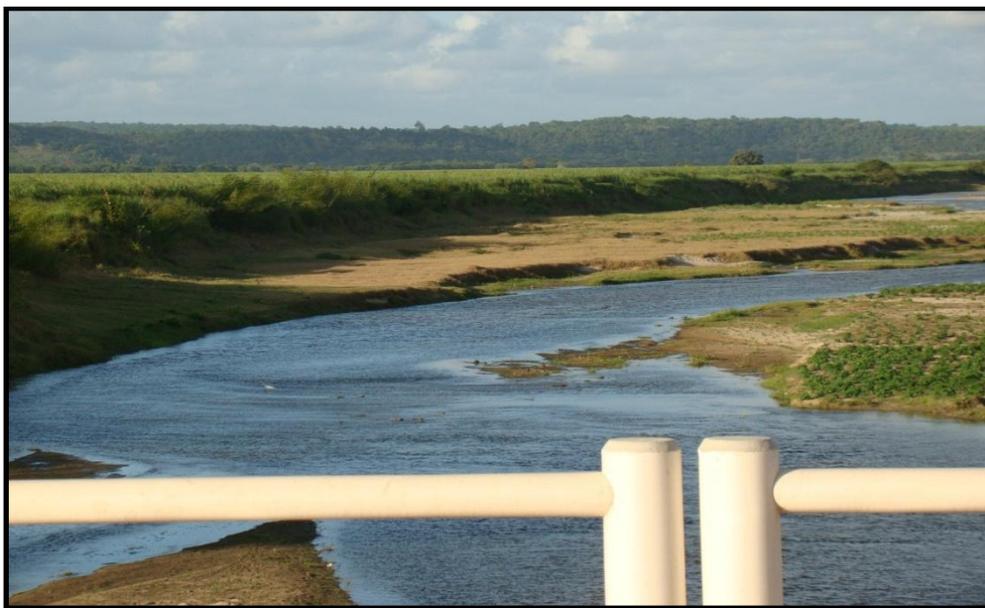
Em defesa do Rio Paraíba aproximadamente Cento e cinquenta assentados da reforma agrária, representantes da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), retiraram por conta própria duas escavadeiras que estavam retirando areia do rio no município de Cruz do Espírito Santo, no município de São Miguel do Taipú os assentados também fizeram um movimento no qual expulsaram os trabalhadores de duas empresas que retiravam areia do rio Paraíba, na área, sem licença para aquela atividade.



Fotografia 02: Espacialização da luta.
Fonte: Trabalho de campo, 2013.

No que tange o uso do solo e da água podemos constatar que as melhores terras são para o plantio da cana-de-açúcar, deixando em último plano o uso deste solo para um possível projeto de Reforma Agrária. Percebe-se que não existe mais vegetação na área próxima ao rio, existe apenas cana-de-açúcar, descumprindo a legislação ambiental. Como mostra as fotografias abaixo, trechos do Rio Paraíba nas proximidades do limite administrativo dos

municípios de Santa Rita e Cruz do Espírito Santo, no estado da Paraíba. Como podemos observar, a mata ciliar que protegia as encostas do rio foi substituída pelo cultivo de cana-de-açúcar. Não é raro encontrar pés de cana arrastados pelas águas quando estas erodem as encostas. Também é facilmente observável o assoreamento do leito



Fotografia 03: Assoreamento do leito do Rio
Fonte: Trabalho de campo, 2012.



Figura 04: Encostas do rio substituída pelo cultivo de cana-de-açúcar
Fonte: Trabalho de campo, 2012.

A água retirada do rio é exclusivamente para a irrigação da cana. Fazendo uma análise da situação posta, constatamos que a Usina São João no município de Santa Rita, se beneficia desde as margens do rio até o seu leito para plantação e irrigação da cana. Lima (2011) destaca que essa mesma usina usufrui das águas do rio Paraíba para a produção da cana irrigada e, no entanto os assentados e acampados desses lugares são atingidos diretamente pela falta de água para consumo e irrigação das culturas de consumo imediato da classe trabalhadora do campo. O autor supracita afirma que:

Muito longe de cumprir com a legislação ambiental a Usina São João segue em seu ritmo avassalador com um montante na produção de açúcar de 58.688 toneladas só em 2010, 388.005 toneladas de moagem de cana e 12.295 metros cúbicos de etanol, usufruindo das águas do rio Paraíba para a produção da cana irrigada. (LIMA, 2013, p. 108)

O uso do solo é evidente para a seleção das melhores terras para o plantio da cana-de-açúcar, deixando em último plano o uso deste solo para um possível projeto de Reforma Agrária. Descaracterizando as propostas de Reforma Agrária Estrutural³ para o Estado da Paraíba.

Podemos observar na imagem abaixo a Usina São João usufruindo das águas do rio Paraíba através da irrigação.

³ O conceito de Reforma Agrária Estrutural é entendido aqui pela proposta de José Gomes da Silva. Segundo o autor, trata-se de uma política pública que se aproprie de um processo amplo, imediato e drástico de redistribuição de direitos sobre a propriedade privada da terra agrícola, promovido pelo Governo Federal, com a ativa participação dos próprios camponeses e objetivando sua promoção humana, social, econômica e política. (37-38).



Figura 05: Águas do rio Paraíba sendo utilizada para a irrigação da cana-de-açúcar

Fonte: Trabalho de Campo, 2013.

Como podemos ver, em relação ao uso da água o conflito é eminente, pois, nem somente a água do rio é explorada para a irrigação da cana, como também o leito do rio é explorado pelas empresas exploradoras dos areais, as quais irregulares. Nas fotografias abaixo observamos a exploração do Rio Paraíba tanto pela irrigação da cana, como também pela extração irregular dos areais.



Figura 06: Exploração do Rio pela extração irregular dos areais
Fonte: Trabalho de Campo dos autores, 2012



Fotografia 07:. Exploração do Rio em nome do agronegócio
Fonte: Trabalho de campo, 2012.

No tocante ao conflito pela água nos assentamentos de reforma agrária que margeiam o Rio Paraíba, levantamos até o momento dois assentamentos que são marginalizados em relação à democratização da distribuição e uso da água ao longo do Rio, são eles: Dona Helena e Novo Horizonte, respectivamente em Cruz do Espírito Santo e Pilar.

Os assentados desses lugares são atingidos diretamente pela falta de água para consumo e irrigação das culturas de consumo imediato da classe trabalhadora do campo. Diferentemente dessa situação as usinas produtoras de açúcar e etanol são beneficiadas em primeira instância com o processo de irrigação.



Fotografia 08: Cana sendo irrigada pelas águas do Rio Paraíba

Fonte: Trabalho de campo, 2013.

Dando continuidade a esse processo, existe a perspectiva de aumento da produção por área plantada a partir da transposição das águas do Rio São Francisco. Segundo a (ASPLAN) Associação dos Plantadores de Cana da Paraíba, já têm estudos mostrando que as águas do São Francisco que chegarão pelos 112 km do Canal pelo Eixo leste da transposição no Estado, irão beneficiar 15 mil hectares de terras nos municípios de Curral de Cima, Sapé, Mari, Cuité de Mamanguape, Araçagi e atingindo a Zona da Mata,

aumentando a produção atual em milhares de toneladas. O que sabemos por meio de entrevistas e trabalhos de campo é que em todo o vale do Mamanguape, a produção de cana é realizada por pequenos produtores em áreas medias de menos de 50 hectares. Mas essas áreas e a própria produção podem ser ampliadas com o uso das águas do São Francisco.

4.3 degradação e exploração do trabalho pelas usinas canaveiras

Na atualidade o fortalecimento do capital sucroalcooleiro é o que mais se tem de “moderno” principalmente na zona da cana paraibana. Dando às cidades do agronegócio canavieiro a característica do analfabetismo e o alto índice de pobreza. Podemos constatar através de dados do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais) que na região de estudo comparece a característica do analfabetismo.

É visível o alto índice de analfabetismo nas cidades do agronegócio canavieiro no estado da Paraíba. De acordo com Lima (2011):

Santa Rita (...) é um dos municípios do agronegócio sucroalcooleiro da *Zona da Cana* do estado da Paraíba. Nele se territorializam três grandes grupos empresariais do setor e a incidência da pobreza da sua população chega quase a 70%. (p.116).

Podemos observar na tabela abaixo a taxa de analfabetismo dos municípios em questão.

Tabela 03: Taxa de Analfabetismo nos municípios em questão (%)

	7 a 14 anos	10 a 14	15 a 17	Acima de 15 anos	18 a 24	Acima de 25 anos
Cruz do Espírito Santo	35,69	19,94	14,62	43,65	25,81	50,7
Santa Rita	20,78	11,55	10,87	29,31	15,34	33,58
São Miguel de Taipú	30,8	18,11	16,14	46,38	22,88	55,82
Pilar	28,57	16,62	12,5	40,1	22,81	48,82

Fonte: INEP/MEC. 2006

Org.: Juliene Fernandes de Oliveira

Dentro de cada um desses municípios estudados é visível os altos índices de analfabetismo e pobreza, ou seja, nos municípios que mais produzem os derivados da cana-de-açúcar, como o açúcar e o etanol atendendo as demandas do mercado externo, é elevado o índice de analfabetismo e pobreza.

O intensificado ritmo e os diversos esforços repetitivos para aumentar a produtividade, determina que a vida útil de um cortador de cana deste século seja mais baixo a de um escravo de 1850-1880. De acordo com Magalhães e Cover (2011):

No ano de 2009, o setor canavieiro liderou com 31% os casos considerados como análogos a escravidão, pelo Ministério do Trabalho e Emprego. De acordo com os dados da Comissão Pastoral da Terra, foram 1911 trabalhadores libertados pelas equipes de fiscalização, em canaviais. Afora estes casos que denunciam as condições de super exploração, são comuns outras práticas de descumprimento da legislação trabalhista como excesso de jornada de trabalho e condições de alojamento não adequadas. (MAGALHÃES E COVER, 2011, p. 04)

Nos estudos que já realizamos, especialmente em Santa Rita, podemos observar a degradação do trabalho como também da vida dos cortadores de cana, analisando as formas de exploração do trabalho humano nos espaços de produção da Usina São João em Santa Rita/PB.

Na usina o processo de assalariamento do trabalhador é extremamente precário, tanto do ponto de vista da valorização quanto da precarização no ambiente de trabalho e a insalubridade nas moradias dos trabalhadores que ali vivem. O trabalho é entendido como:

um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida (MARX, 1988, p.142).

Podemos constatar a enorme precarização do trabalho no corte da cana na Usina São João, como por exemplo: as longas jornadas de trabalho, equipamentos que não garantem segurança, péssimas condições de moradia e remuneração por produção, levando o trabalhador a excessivos esforços no corte da cana.



Fotografia 09: Degradação do trabalho no corte da cana

Fonte: SOARES, J. N. D., 2014.

Observa-se que a referida usina desrespeita completamente a Norma Regulamentadora (RN 31), que de acordo com essa norma regulamentadora, dentre outros aspectos, visa garantir adequadas condições de trabalho, higiene e conforto, para todos os trabalhadores, segundo as especificidades de cada atividade; realizar avaliações dos riscos para a segurança e saúde dos trabalhadores e, com base nos resultados, adotar medidas de prevenção e proteção para garantir que todas as atividades, lugares de trabalho, máquinas, equipamentos, ferramentas e processos produtivos sejam seguros e em conformidade com as normas de segurança e saúde; promover melhorias nos ambientes e nas condições de trabalho, de forma a preservar o nível de segurança e saúde dos trabalhadores; cumprir e fazer cumprir as disposições legais e regulamentares sobre segurança e saúde no trabalho; analisar, com a participação da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes no Trabalho Rural - CIPATR, as causas dos acidentes e das doenças decorrentes do trabalho, buscando prevenir e eliminar as possibilidades de novas ocorrências.

A falta de compromisso das usinas com os seus trabalhadores ficam cada vez mais evidentes, levando o trabalhador a colocar sua própria vida em risco

sob as mais diversas formas, ficando evidente a precarização do trabalho no corte da cana.



Fotografia 10: Corte da cana na Usina São João. Santa Rita/PB

Fonte: Trabalho de campo, 2013.

Enquanto sentido e significado do conceito de trabalho entendemos as preocupações de Thomaz Jr, relacionado à plasticidade observada pelas

[...] diferentes formas de realização do trabalho sob a vigência da criação do valor e das formas de subordinação que ultrapassam as marcas do assalariamento clássico ou das realidades eminentemente proletárias, é o que nos está possibilitando compreender o eixo central do conflito social e de classe que antepõe os interesses do capital e do conjunto dos trabalhadores. (THOMAZ JÚNIOR, 2006).

Neste sentido, o autor discute a categoria trabalho dando-lhe assim o real significado geográfico do conceito. Pois as análises que aqui desenvolvemos diante das relações de trabalho nas usinas, esse conceito é visível com muita propriedade. Segundo LIMA (2011, p.80), isto é, uma

categoria que, não somente torna-se o substancial para a produção do espaço agrário, mas contempla todos os espaços geográficos do capital como um todo em suas territorialidades. Atingindo diretamente em todos os seguimentos sociais, a classe trabalhadora do campo e das cidades do agronegócio. Esses trabalhadores na busca pela sobrevivência material por meio do trabalho faz com que homens e mulheres com e sem terra submetam-se às mais precárias condições de vida e de trabalho nos espaços do capital sucroalcooleiro, seja no plantio, seja no corte da cana e em seus espaços de vivências cotidianas, o acampamento e o assentamento.

Podemos observar as representações da luta de classes pelos trabalhadores acampados e assentados e os latifundiários canavieiros. Principalmente pelas formas de ocupação das terras devolutas e improdutivas recorrentes nestes lugares. Isso aponta que no conflito de luta por terra e por Reforma Agrária, também comparece o sentido dos conflitos entre as diferentes classes envolvidas na luta pela terra e o conflito no interior das classes. Falamos das dissidências político-ideológica nos movimentos sociais de luta pela terra, (Lima, 2011).

É por meio da resistência e da luta da classe trabalhadora que se manifestam os processos de democratização na distribuição das terras públicas e latifúndios improdutivos. Nesta perspectiva a luta via ocupação de terras em forma de acampamentos, que esses trabalhadores e trabalhadoras tentam obter uma qualidade de vida condizente com o seu trabalho. Os acampamentos são resultados das ocupações e são espaços de resistências da luta pela terra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos debater a partir da crítica ao agronegócio canavieiro, problemas ambientais e sociais inerentes a lógica do desenvolvimento econômico capitalista. Desde a exploração do espaço a degradação da vida e do trabalho no meio rural.

Vendo as contradições e aspectos da produção agroindustrial canavieira, observamos a situação em que o meio ambiente está inserido, sendo degradado, e o trabalhador rural sendo explorado de todas as formas, para garantir a (re)produção, acumulação e a expansão do capital.

A exploração do trabalho no agronegócio e a devastação ambiental por ele promovida integram um cenário amplo de degradação dos modos de vida. Ou seja, levando a um limite máximo crítico as experiências sociais a partir do trabalho e gerando níveis progressivos de exaustão dos recursos naturais, esse modelo de agricultura revela a degradação de suas próprias condições de existência. Revela seus próprios limites por meio da destruição dos trabalhadores e da natureza. (SILVA, 2010).

Em nossa área de estudo percebemos que todas as formas e conteúdo na exploração do espaço e na degradação do trabalho são arbitrariamente sob a égide do capital. Especificamente ao que se refere nosso objeto de estudo: o agronegócio canavieiro nestas áreas. Constatamos que tanto a exploração do espaço, como a degradação do trabalho e da vida dos cortadores de cana em nome da produção ampliada de açúcar e etanol, objetiva sustentar o mercado e o comércio internacional destes produtos.

Isso nos coloca a refletir que a proposta do capital sucroalcooleiro é realmente monopolizar o uso do espaço agrário paraibano nas melhores terras de produção, subsumindo a agricultura camponesa ao agronegócio canavieiro. É aí que comparece o conflito entre os dois territórios: classe trabalhadora do/no campo e o agronegócio canavieiro.

Percebemos que essa acumulação de capitais para uma pequena parcela da população (usineiros), os “heróis nacionais”, impede a realização da Reforma Agrária Estrutural e acaba levando cada vez mais o aumento da exploração e degradação no campo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Manuel Correia de. Latifúndio e Reforma Agrária no Brasil. Livraria Duas Cidades. Manuel Correia de Andrade 1980.

_____. A terra e o homem no nordeste. 4ª ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

_____. Lutas Camponesas no Nordeste. São Paulo: Ática, 1986.

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 6ª edição, 2002.

CHIAVENATO, Júlio José. Violência no campo: O latifúndio e a reforma agrária. São Paulo: Moderna, 2004. 95p.

DIEESE. Desempenho do setor sucroalcooleiro brasileiro e os trabalhadores. Estudos e pesquisas. Ano 03. Nº 3. São Paulo, 2007.

FERNANDES, Bernardo Mançano. MST formação e territorialização. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. Questão agrária, pesquisa e MST. São Paulo: Cortez, 2001

_____. A formação do MST no Brasil. 1ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000. 318 p.

GONH, Maria da Glória. Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 2000.

IBGE. **Censos Agropecuários da Paraíba** 1985 e 1995/96.

LEFEBVRE, Henri. Critique de la vie quotidienne. (vol III). Paris: L'Arche, 1981.

LEFEBVRE, Henri. Espaço e Política. Tradução Margarida Maria de Andrade e Sergio Martins. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LIMA, Edvaldo Carlos de. Os movimentos sociais de luta pela Terra e pela reforma agrária no Pontal do Paranapanema (SP): dissidências e dinâmica

territorial. Unesp – Campus de Presidente Prudente-SP, 2006 (Dissertação de mestrado).

LIMA, Edvaldo. C. de . Dissidência e Fragmentação da luta pela terra na Zona da Cana nordestina: Alagoas, Paraíba e Pernambuco. 01. ed. Curitiba: CRV, 2013. 238p

MARTINS, J. S. O cativo da Terra. São Paulo, Hucitec, 1979.

MARTINS, J. S. O Poder do Atraso. São Paulo, Hucitec, 1994.

MARTINS, R.C. A construção social do valor econômico da água: estudo sociológico sobre agricultura, ruralidade e valoração ambiental no estado de São Paulo. Tese (Doutorado). PPG-SEA, Universidade de São Paulo, 2004.

MARX, K & ENGELS, F. A ideologia alemã. São Paulo, Boitempo, 2007

MARX, K. Manuscritos econômicos-filosóficos. São Paulo, Boitempo, 2004

MAGALHÃES, Eloi dos Santos; COVER, Maciel. Uma análise da exploração dos trabalhadores migrantes no agronegócio canavieiro. In.: XV Congresso Brasileiro de Sociologia, Curitiba, 2011.

MOREIRA, Emilia de Rodat. Capítulos de geografia agrária da Paraíba. Emilia Moreira, Ivan Targino. – João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1997.

MOREIRA, Emilia de Rodat. Zona da mata paraibana: reestruturação do setor sucroalcooleiro, reforma agrária e paisagem rural. Cadernos do Logepa, João Pessoa Vol.2, n.1 Jan/Jun-2003 p. 45-56

MOREIRA, Emilia de Rodat. TARGINO, I. A produção de cana-de-açúcar em áreas de reforma agrária na Paraíba. Anais do IV SINGA, UFF, Niterói, 2009.

MOREIRA, Emília. O Espaço paraibano enquanto produto do trabalho. João Pessoa: [s.n], 2011.

MITIDIERO, Jr. M. A. A ação territorial de uma Igreja Radical. Curitiba, Ed. CRV, 2010.

PRADO JUNIOR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Martins, 1942.

POCHMANN, Marcio. Força de Trabalho e tecnologia no Brasil: Uma visão de história com foco atual na produção de cana-de-açúcar. Rio de Janeiro: Revan, 2009.

RAFFESTIN, C. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993

REBOUÇA, A. da C. Água na região Nordeste: desperdício e escassez. *Estudos Avançados*, 11 (29), 1997

RODRIGUES, Leandro Paiva do Monte. A formação territorial do Brejo paraibano e a luta pela terra: o caso do Assentamento Nossa Senhora de Fátima. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. p. 215, 2012.

SILVA, L. O. Terras e Latifúndio – Efeitos da Lei de 1850. Ed. Unicamp, Campinas-SP, 1996.

SILVA, J.G. Questão Agrária. Coleção Primeiros Passos. São Paulo, Brasiliense, 2007

STEDILE, João. Pedro. Latifúndio: o pecado brasileiro. www.midiaindependente.org. Acessado aos 27/05/08. Retirado do artigo “Latifúndio: o pecado agrária brasileiro. Publicado em 30/07/2003.

TARGINO, Ivan. A luta pela terra e os movimentos sociais rurais no Brasil. *Raízes*. Vol. 21. Nº 01, jan-jun, 2002 (p. 148-160).

TEIXEIRA, Gerson. Comentários sobre o avanço da cana-de-açúcar e sobre a redução da produção de alimentos básicos no estado de São Paulo. São Paulo, Boletim Dataluta – 2010.

TEIXEIRA, Jodenir Calixto. Modernização da agricultura no Brasil: Impactos econômicos, sociais e ambientais. AGB – Vol 02 – nº 01, setembro, 2005. 22p.

THOMAZ JR., Antonio. Por Trás dos Canaviais, os (Nós) da Cana. (uma contribuição ao entendimento da relação capital x trabalho e do movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista). São Paulo: USP, 1996, 439 p. (Tese de Doutorado).

_____. Trabalho, Reforma Agrária e Soberania Alimentar: Elementos para Recolocar o Debate da Luta de Classes no Brasil. *Revista Pegada*, vol. 07, n. 02, novembro 2006 (p. 103 – 122).

VALVERDE. Orlando. A geografia agrícola e seu interesse para os trabalhadores da C.N.E.R. *Rev. da C.N.E.R. Min. Da Educ. Cult.*, I, Nº 1, jul., pp. 94-112.

WILKINSON, John. O Estado, a agroindústria e a pequena produção. São Paulo – Salvador, Editora HUCITEC/CEPA/BA, 1986.

ANEXOS



Fotografia 01: Dragas sendo utilizada para retirada irregular de areia no Rio Paraíba.

Fonte: Trabalho de campo, 2013



Fotografia 02: Caminhões sendo utilizados para o transporte da areia.

Fonte: Trabalho de campo, 2013



Fonte: Trabalho de campo, 2013



Fotografia 04: Água do Rio Paraíba sendo utilizada para irrigação da cana-de-açúcar .
Fonte: Trabalho de campo, 2013



Fotografia 05: Degradação do trabalho no corte da cana-de-açúcar.
Fonte: SOARE, J.N.D. 2014.



Fotografia 06: Degradação do trabalho no corte da cana-de-açúcar.
Fonte: SOARE, J.N.D. 2014.



Fotografia 07: Cana-de-açúcar as margens do Rio Paraíba.
Fonte: SOARE, J.N.D. 2014.